



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2013.0000505000

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0004460-11.2005.8.26.0372, da Comarca de Monte Mor, em que são apelantes SHEILA APARECIDA BLUMER ZACARCHENCO e PEDRO LUIZ BREDÁ (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado VANER APARECIDA ABDALA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram parcial provimento às apelações. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores EROS PICELI (Presidente sem voto), CARLOS NUNES E MARIO A. SILVEIRA.

São Paulo, 26 de agosto de 2013.

Luiz Eurico
RELATOR
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº0004460-11.2005.8.26.0372

***APELANTES: SHEILA APARECIDA BLUMER ZACARCHENCO E
OUTRO***

APELADA: VANER APARECIDA ABDALA

ORIGEM: COMARCA DE MONTE MOR – 1ª VARA CÍVEL

RELATOR: Des. LUIZ EURICO

VOTO Nº20844

ACIDENTE DE TRÂNSITO - AÇÃO DE
INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS
E MORAIS - CULPA DOS RÉUS
CARACTERIZADA - INDENIZAÇÃO
DEVIDA - CERCEAMENTO DE DEFESA
AFASTADO - JULGAMENTO ULTRA
PETITA NÃO CONFIGURADO - PENSÃO
MENSAL DE 2/3 DO SALÁRIO MÍNIMO
ATÉ A DATA EM QUE O DE CUJUS
COMPLETARIA 25 ANOS DE IDADE E,
ENTÃO, REDUZIDA PARA 1/3 ATÉ A
DATA EM QUE COMPLETARIA 65 ANOS
DE IDADE - DANO MORAL
CARACTERIZADO - QUANTUM
REDUZIDO - HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS MANTIDOS -
APELAÇÕES PARCIALMENTE
PROVIDAS

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, proveniente de acidente de trânsito, na qual foi proferida a r. sentença de fls. 189/197, cujo relatório fica aqui incorporado, que julgou procedente a demanda, condenando os réus ao pagamento do valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) a título de danos morais, e danos materiais nos moldes especificados na r. sentença.

Inconformados com a solução de primeiro grau, apelam os réus a esta Corte.

Recorre a ré *Sheila Aparecida Blumer*

Zacarchenco (fls. 347/358), alegando, em síntese, a obrigatoriedade da denunciação da lide da seguradora, bem como o cerceamento de defesa diante do encerramento da instrução processual.

Aduz ainda, ser excessivo o valor fixado a título de indenização por danos morais, bem como postula pela redução do valor fixado por danos materiais e adoção de limite temporal até a data em que a vítima completaria 25 anos. Por fim, impugna a fixação dos juros e arbitramento dos honorários advocatícios em primeira instância.

Recorre também o réu *Pedro Luiz Breda* (fls. 365/376) sustentando, em suma, que a pensão mensal a título de danos materiais constitui julgamento *ultra petita*, bem como que o valor arbitrado como danos morais se mostra exorbitante. Refuta ainda, a fixação de juros, correção monetária e a condenação nos honorários advocatícios. Por fim, salienta a possibilidade de denunciação da lide da empresa seguradora do veículo causador do acidente.

Desenvolve, nesta sede, os argumentos colocados à consideração, buscando, assim, a reforma do pronunciamento jurisdicional.

Recursos regularmente processados, subindo os autos a esta Corte.

É o relatório.

Inicialmente, no presente caso, não pode ser acolhida a pretensa obrigatoriedade da denunciação da lide da seguradora.

Isso porque, a denunciação da lide pressupõe vínculo entre denunciante e denunciado, não alcançando, em princípio, o autor da demanda. Na verdade, na denunciação à lide surgem duas demandas autônomas.

Diante de tal quadro, o julgado deve ser mantido neste particular.

No mais, a demanda versa sobre matéria

para a qual as provas produzidas nos autos se mostram suficientes à solução da controvérsia, sendo prescindível maior dilação probatória, razão pela qual não configurado o cerceamento de defesa.

A r. sentença apanhou a situação sob esse prisma, deixando patente que os fatos submetidos a julgamento singular decorriam da narrativa que inspirou a propositura, frente à versão contrária, que encerrara o perfil do contraditório.

Ademais, o feito percorreu seu trâmite regular, assegurando aos litigantes o exercício do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, não cabendo, na hipótese, a alegação de violação de referidas regras constitucionais.

Quanto ao cerne do debate, a dinâmica do acidente restou explanada pelos documentos trazidos aos autos, os quais levam ao entendimento de que o réu Pedro, conduzindo o veículo de forma indevida e sem a necessária cautela exigida, foi o causador do acidente de trânsito descrito nos autos, devendo este e a requerida proprietária do veículo serem totalmente responsabilizados pelo evento danoso que ocasionou a morte do filho da requerente.

Comprovada a culpa pelo acidente e a responsabilidade indenizatória, passo a análise dos danos a serem reparados.

Nesse contexto, em que pese a decisão guardar pertinência à análise do mérito relativa a pretensão de caráter amplo posta à solução jurisdicional, não há que se falar em decisão *ultra petita* no que concerne a condenação ao pagamento de pensão mensal, porquanto respeitado o princípio da adstrição ao pedido inaugural.

Inicialmente, os danos materiais, consistentes em despesas de funeral, danos da motocicleta, dentre outros, foram adequadamente fixados e devem ser mantidos.

No entanto, no âmbito da pensão mensal, a r. sentença merece pequeno reparo.

Isso porque, no caso, cabível a pensão mensal no patamar de 2/3 do salário mínimo até a data em que a vítima

completaria 25 anos de idade e, após isso, reduzida para 1/3 até a data em que completaria 65 anos de idade.

Este é o entendimento predominante no C. Superior Tribunal de Justiça:

“A pensão mensal devida aos pais, pela morte de filho menor, deve ser fixada em valores equivalentes a 2/3 do salário mínimo, dos 14 até 25 anos de idade da vítima, reduzido, então, para 1/3 até a data em que o de cujus completaria 65 anos. Precedentes. Agravo no recurso especial não provido.” (STJ, AgRg no REsp 686398-MG, 08/06/2010)

Quanto ao dano moral, este restou evidentemente caracterizado diante da morte inesperada de um filho da forma brusca e violenta que ocorreu. Evidente o abalo psicológico sofrido pela Autora.

No entanto, no que se refere ao valor indenizatório, a r. sentença também merece modificação.

Na fixação do valor da indenização, necessário levar em consideração as circunstâncias da causa, o grau de culpa, bem como as condições sócio-econômicas do ofendido. Ademais, o valor arbitrado deve servir como desestímulo à conduta negligente e imprudente do responsável pelo dano.

No que concerne ao *quantum* indenizatório, o juízo deve considerar a razoabilidade e proporcionalidade, sob pena de transformar o evento danoso em um acontecimento lucrativo, configurando enriquecimento ilícito.

Nesse contexto, deve ser reduzida a condenação pelos danos morais ao patamar de R\$70.000,00 (setenta mil reais), valor este compatível com os efeitos do mal estar provocado em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

decorrência das conseqüências do acidente.

Em relação aos honorários advocatícios, a r. sentença também não merece reforma, na medida em que foram fixados com razoabilidade e de acordo com a complexidade da causa, obedecendo aos limites estabelecidos pelo Código de Processo Civil.

Dessa forma, dou parcial provimento às apelações, exclusivamente para determinar que a pensão mensal seja paga no valor de 2/3 do salário mínimo até a data em que o *de cujus* completaria 25 anos de idade e, então, reduzida para 1/3 até a data em que o *de cujus* completaria 65 anos de idade, reduzindo, ainda, o *quantum* indenizatório a título de dano moral para a quantia de R\$70.000,00 (setenta mil reais), devendo ser acrescidos de correção monetária a partir da sentença e juros moratórios com incidência a partir da data do fato danoso.

LUIZ EURICO
RELATOR